



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BRIGIDA
CNPJ: 11.107.939/0001-76

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei nº 14.133/2021).

1.1. Locação de veículo tipo passeio sem motorista e sem combustível, em perfeito estado de conservação, no mínimo motor 1.0, não inferior a 2025, 4 portas, equipado com ar condicionado, direção hidráulica, vidro elétrico e trava elétrica, para realizar transporte de pacientes da zona rural que necessitam realizar tratamento de hemodiálise na CLIRENAL (Centro de diálise em Paulo Afonso- Bahia).

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente locação

2.2. Considerando a necessidade dos serviços assistenciais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santa Brígida-BA, o presente processo justifica-se pela vantajosidade da contratação de locação de veículos em razão da isenção com gastos de manutenção, seguro e outros custos;

2.3. A prestação de serviço do objeto deste Termo de Referência será utilizada para o transporte dos usuários da zona rural do município que precisam de realizar hemodiálise, três vezes por semana no Centro de diálise em Paulo Afonso- Bahia;

2.4. Além disso, a locação de veículos permite uma renovação constante da frota, dispensando os gastos com processos ou guarda de veículos fora das condições de uso. O valor da referida locação, sempre com quilometragem livre, além de cobrir o custo com o veículo, cobrira as despesas acessórias, tais como IPVA, seguro, manutenção, reposição de veículo/peças, permitindo sempre a utilização de veículos mais novos, capazes de atender as demandas destas secretarias e permitir os serviços em níveis aceitáveis.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. As especificações do automóvel foram elaboradas de modo que se venha a adquirir veículo em bom estado de conservação, tendo em vista a necessidade continuada em melhorar o atendimento e acesso à saúde da população.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD DE MESES
01	LOCAÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO SEM MOTORISTA E SEM COMBUSTÍVEL, EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, NO MÍNIMO MOTOR 1.0, NÃO INFERIOR A 2025, 4 PORTAS, EQUIPADO COM AR CONDICIONADO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, VIDRO ELÉTRICO E TRAVA ELÉTRICA.	UND	12

4. ESTIMATIVA DE CUSTO

4.1. Foi utilizada na estimativa dos preços, a média aritmética entre pesquisa de preço em empresas do ramo, por meio de pré cotações solicitadas conforme anexo;

4.2. O presente objeto tem estimativa de custo total de **R\$ 68.000,00 (sessenta e oito Mil Reais)**

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência;

5.2. A contratação realizada através do processo licitatório, amparo na Lei 14.133/21.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução escolhida, por ser tecnicamente viável e economicamente mais vantajosa, será a contratação do objeto através de procedimento licitatório amparo na Lei 14.133/21;

6.2. A referida modalidade garante ampla participação e concorrência, bem como a possibilidade de escolha da solução mais vantajosa, oportunidade real de atendimento ao interesse público e institucional;

6.3. Ressalta-se que o objeto tratado na solução escolhida refere-se a um serviço a ser prestado por meio de contrato, dessa maneira o ciclo de vida reflete a sua vigência, ou seja, 12 (doze) meses.

7- MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

7.2 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

7.3 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

7.4 A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);

7.5 O fiscal técnico da nota de empenho acompanhará a execução da contratação, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.6 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

8- CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO;

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de Pessoa física identificação em todo o território nacional;
- b) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva Empresa individual sede;
- c) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja Microempreendedor Individual - MEI aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas responsabilidade limitada - EIRELI Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da Sociedade empresária estrangeira União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada Sociedade simples de documento comprobatório de seus administradores;
- g) inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA

9.1.o prazo de vigência do contrato será de (12) doze meses a partir da assinatura do contrato;

9.2. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem/Autorização.

9.3. Caso ocorra fato que impeça ou interfira no atendimento do prazo de entrega indicado neste instrumento, o fornecedor deverá comunicar as razões do atraso bem como o prazo previsto para a entrega do objeto, para análise por parte do Contratante.

10. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA.

10.1. O veículo deverá ser entregue na Secretaria de Saúde –Avenida Rui Barbosa, s/ nº – Centro, das 7:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00hs. Qualquer dúvida para maiores esclarecimentos procurar o gestor do contrato, Srª Layane Mello Lima pelo fone (75) 3698-2149.

11. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO E GARANTIA.

11.1. O ônibus será recebido através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência

11.2 O veículo poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituída no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

11.3. O veículo será recebido definitivamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do veículo e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

11.4. O objeto deste termo de referência será entregue, as expensas da Contratada, no endereço e período informado pela contratante;

11.5. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

11.6. Como condição de recebimento do objeto pelo órgão contratante, e posterior pagamento, o fornecedor deverá comprovar, no ato da entrega do veículo, a origem do objeto ao município, respeitados os termos da proposta apresentada, mediante a apresentação de nota fiscal de origem.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

12.1. A Contratada obriga-se a cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, em especial:

12.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência e na proposta. assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega da em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

12.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

12.4 Efetuar a entrega descrita no (s) item (s) para o qual licitado rigorosamente dentro das características especificadas neste Termo e na respectiva Proposta de Preços

12.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

12.6. Comunicar ao DEPTº DE TRANSPORTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedem ao prazo de vencimento da entrega dos veículos, objeto deste termo de referência os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

12.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

12.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

12.9. Fica proibido subcontratação, ou seja, não transferir a terceiro, por qualquer forma, o presente contrato, nem subcontratar qualquer fornecimento a que está obrigada.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Secretaria Municipal de Saúde obriga-se a:

13.1. Comunicar à empresa vencedora do respectivo item toda e quaisquer ocorrências relacionadas com a locação do veículo.

13.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa vencedora com relação ao objeto deste Certame, através do telefone: (75) 999390065, com Sr. Layane Mello Lima.

13.3. Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem sendo mais vantajosos para a Secretaria Municipal de Saúde.

13.4. Receber o veículo no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

13.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade das ambulâncias recebidas provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

13.6. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do fornecimento.

13.7. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados aplicando as sanções administrativas nos casos de inadimplemento da execução contratual;

13.8. Designar um servidor como gestor para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas conforme previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

14. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

Através de servidor designado, com poderes para verificar se os itens serão entregues de acordo com o especificado, advertir sobre falta de qualquer natureza. Será responsável pela fiscalização do contrato a representante Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Saúde, Matrícula nº 6247, o senhor **MARCELO MAGALHAES SILVA**, CPF: 047.398.235-86 pelo fone (75) 999390065.

15. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.

15.1. Nos termos do Art. 117 na Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do veículo, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. PENALIDADES.

16.1. A licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

16.2. A inexecução total ou parcial do objeto licitado bem como a causa de problemas que possam advir para a Administração, decorrentes da má fé, sujeitará a licitante vencedora às penalidades previstas na Lei 14.133/21.

16.3. As multas previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e consequentemente o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Secretaria Municipal de Saúde.

16.4. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no art. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021, garantindo sempre a ampla defesa e o contraditório; 16.5 Se a Contratada incidir nas condutas previstas na Lei Federal 10.520/2002, o Contratante poderá garantir prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

Advertência

Multa;

Suspensão;

Declaração de idoneidade.

17. RESCISÃO CONTRATUAL.

17.1 O contrato poderá ser rescindido pela Contratante, a qualquer tempo, de conformidade com os arts. 137, 138 e 139 e seus §§, da Lei no 14.133/21.

18. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1 As despesas para atender essa aquisição está programada em dotação orçamentária de Recurso Próprio, prevista no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **02.11.01- Fundo Municipal de Saúde**

Projeto/Atividade: **2.111- COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE /2.112- MANUTENÇÃO DO BLOCO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE.**

Elemento de Despesas: **3.3.90.39-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.**

Fonte de Recursos: **1.500.1002.00-RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – SAÚDE /1.600.0000.00- TRANSF. SUS – GOV. FEDERAL – BLOCO DE MANUTENÇÃO.**

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

19.1. A Prefeitura Municipal de Santa Brígida através da Secretaria Municipal de Saúde - efetuará o pagamento em até 5 (cinco), em acordo estabelecido pelas partes que compõem este processo. A liquidação do contrato será partir da data de recebimento no setor financeiro da Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação, aceitação e atesto nos documentos hábeis de cobrança, através de crédito em conta bancária previamente informada pela Contratada e mediante apresentação das certidões de regularidade fiscal;

19.2. Para execução do pagamento, a licitante vencedora deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida, sem rasura, em letra legível, com todas as certidões necessárias, xerox de contrato e publicação do diário oficial do município de Santa Brígida-BA;

19.3. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela será devolvida pelo gestor à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

19.4. A nota fiscal/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida;

19.5 A Contratante se reserva no direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação do objeto fornecido, este estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Edital e seus anexos;

19.6. A Contratante poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

as partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste processo.

Santa Brígida-BA, 16 de abril 2026

LAYANE MELLO LIMA
SECRETARIA DE SAÚDE

